



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

Gerência de Compensação Ambiental e Regularização Fundiária -  
Compensação Snuc

Parecer nº 50/IEF/GCARF - COMP SNUC/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0013525/2022-39

**PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

Gerência de Compensação Ambiental e Regularização Fundiária - GCARF

Diretoria de Unidades de Conservação – DIUC

Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF

**1. DADOS DO EMPREENDIMENTO**

<b>Empreendedor/ Empreendimento</b>	VALDEMAR JOSÉ ZANCANARO E OUTROS FAZENDA PALMEIRAS (Lugar denominado Capão da Estrada); FAZENDA CAPÃO DA ESTRADA
<b>CNPJ/CPF</b>	303.111.019-68
<b>Município(s)</b>	Zona Rural do Município de Unaí, no Estado de Minas Gerais
<b>Nº PA COPAM</b>	<b>10262/2004/001/2014</b>
<b>Nº SEI</b>	<b>2100.01.0013525/2022-39</b>
<b>Atividade - Código</b> (DN COPAM 74/2004)	G-03-02-6 Silvicultura (3); G-01-03-1 Culturas Anuais, excluindo a olericultura (3); F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação (1); G-05-02-9 Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem deslocamento de população atingida (3); G-06-01-8 Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins (1); G-04-01-4 Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação (1); G-02-01-1 Avicultura de corte e reprodução (NP).
<b>Classe</b>	<b>03</b>
<b>Licença Ambiental</b>	<b>LOC Nº 058 (Licença de Operação em Caráter Corretivo) emitida em 28 de agosto de 2018;</b> <b>Validade:</b> 10 (dez anos), com vencimento em 18/08/2028

<b>Condicionante de Comp. Ambiental</b>	<b>03</b> cf. Anexo I do PU 0500810/2018 da SUPRAM NOROESTE DE MINAS: “Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 120 dias, contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55/ de 23 de abril de 2012. (120 dias)
<b>Estudos Ambientais</b>	EIA /RIMA; PCA; <b>PU SUPRAM Noroeste de MG N° 0500810/2018</b> (Estudos salvos no CD, apensado à fl. 52, PA)
<b>Valor Contábil Líquido (VCL)</b> O Empreendedor bem como o profissional habilitado responsável pelo preenchimento dos documentos contábeis informam Declaração de VCL (fl. 28, Proc. Administrativo).	Declaração de <b>VCL:</b> <b>VCL = R\$ 589.612,00</b> (quinhentos oitenta e nove mil, seiscentos e doze centavos) , datada de 21/05/2019, devidamente assinada pelo Contador: Jacinto de Sousa e o proprietário Valdemar José Zancanato ; Empreendimento implantado antes de 19 de julho de 2000 (antes da Lei do SNUC)(fl. 08, PA).
Valor de Referência atualizado (VCL Atualizado)	“Não houve atualização monetária do valor do VCL, atendendo ao disposto no Parecer 13179715/2020/CJ/AGE-AGE da Procuradoria Geral do Estado, datado de 06 de março de 2020 (Processo SEI nº 1080.01.0074221/2019-90)”
Valor do GI apurado:	<b>0,490%</b>
Valor da Compensação Ambiental (GI x VCL) – maio/2019)	<b>R\$ 2.889,10</b>

### 1.1 Informações Gerais

*O empreendimento está inteiramente localizado no município de Unaí, na região chamada de “Chapada de Brasília”, ainda apresenta diversas porções providas de cobertura vegetal nativa, característica do bioma Cerrado. E faz parte da área de produção agrícola do município (pág. 2, anexo II EIA).*

A Fazenda Palmeiras denominada Capão da Estrada e Faz. Capão da Estrada, contam com uma área total de 2.425,42 ha, distribuídas em duas glebas, matrículas 33.190 e 53.627, sendo que, a matrícula 33.190 possui uma área de 2.043,55 ha e a matrícula 53.627 possui uma área de 384,26 ha.

Uso e Ocupação do Solo no empreendimento Faz. Palmeiras denominada Capão da Estrada e Faz. Capão da Estrada, Gleba 1 (cf. pág. 4-5/40, PU 0500810/2018):

Uso e Ocupação	Área (ha)	Uso e Ocupação	Área (ha)
Área do Pivô	922,92	Área Sede	3,52
Área de Lavoura/Talhão	275,00	Área de Barragem	30,33
Área de Eucalipto	11,20	Área de Estradas	11,17
Área Vegetação Nativa	19,58	Área de Reserva Legal	410,58
Área de Pasto	35,61	Área de APP	228,96
Área de Piscina	2,23	Compensações	66,84
Área de cascalheira	5,54	Total Gleba 1	<b>2023,48</b>

Uso e Ocupação do Solo no empreendimento Faz. Palmeiras denominada Capão da Estrada e Faz. Capão da Estrada, Gleba 2 (cf. pág. 5/40, PU 0500810/2018):

Uso e Ocupação	Área (ha)	Uso e Ocupação	Área (ha)
Área de Lavoura/Talhão	150,5	Área de Estradas	2,40
Área do Pivô	105,68	Área de Reserva Legal	79,00
Área de Barragem	3,92	Áreas de APP	34,30
		Total Gleba 2	<b>375,80</b>

**Bioma:** Cerrado; **Fitofisionomia:** Entre as fitofisionomias existentes têm-se campo limpo, cerrado, mata de galeria inundável, e não inundável e vereda (cf. pág. 17/40, PU 0500810/2018).

*O empreendimento localiza-se na bacia de drenagem do Rio Federal São Marcos (SF8), Rio Estadual Soberbo, sub-bacia do Córrego Guaribinha (pág. 01/40, PU N°0500810/2018).*

## 1.2 ÍNDICES DE RELEVÂNCIA PARA CÁLCULO DO GRAU DE IMPACTO DO EMPREENDIMENTO

### 1.2.1. Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias

Razões para marcação do item: Das 37 espécies de mamíferos [...], 17 espécies estão listadas com algum grau de ameaça, classificadas desde “vulnerável” a “criticamente em perigo”, das quais 1 espécie foi obtida através de relatos, compondo-se como dados secundários. Dentre tais espécies, destacam-se *Blastocerus dichotomus* (cervo do pantanal), *Chrysocyon brachyurus* (lobo guará), *Leopardus pardalis* (jaguatirica), *Lycalopex vetulus* (raposa-do-campo), *Priodontes maximus* (tatu-canastra), *Mymecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), *Ozotoceros bezoarticus* (veado-campeiro), *Pecari tajacu* (cateto), *Puma concolor* (onça-parda), *Tapirus terrestris* (anta) (pág. 15/40, PU 0500810/2018).

Da relação de espécies de aves registradas no presente estudo, uma está listada como “vulnerável”, tico-tico-de-máscara-negra (*Coryphaspiza melanotis*) e quatro como “quase ameaçada”, papagaio-galego (*Alipiopsitta xanthops*), jandaia-de-testa-vermelha (*Aratinga auricapillus*), mineirinho (*Charitospiza eucosma*) e cigarra-do-campo (*Neothraupis fasciata*).

Valoração Fixada: 0,0750; Valoração Aplicada 0,0750;

Índice de Relevância considerado: X

### 1.2.2. Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras)

Razões para marcação do item: Entre as atividades do empreendimento verifica-se a silvicultura (G-03-02-6, classificada pela DN COPAM 74/04 como classe 3), ocupa uma área de 11,20 ha da Faz. Palmeiras denominada Capão da Estrada e Faz. Capão da Estrada, Gleba 1 (cf. pág. 4-5/40, PU 0500810/2018) e na mesma tabela de uso e ocupação do solo verifica-se 35,61 ha de pastos.

Estas duas atividades econômicas no empreendimento são caracterizadas como introdução de espécies alóctones.

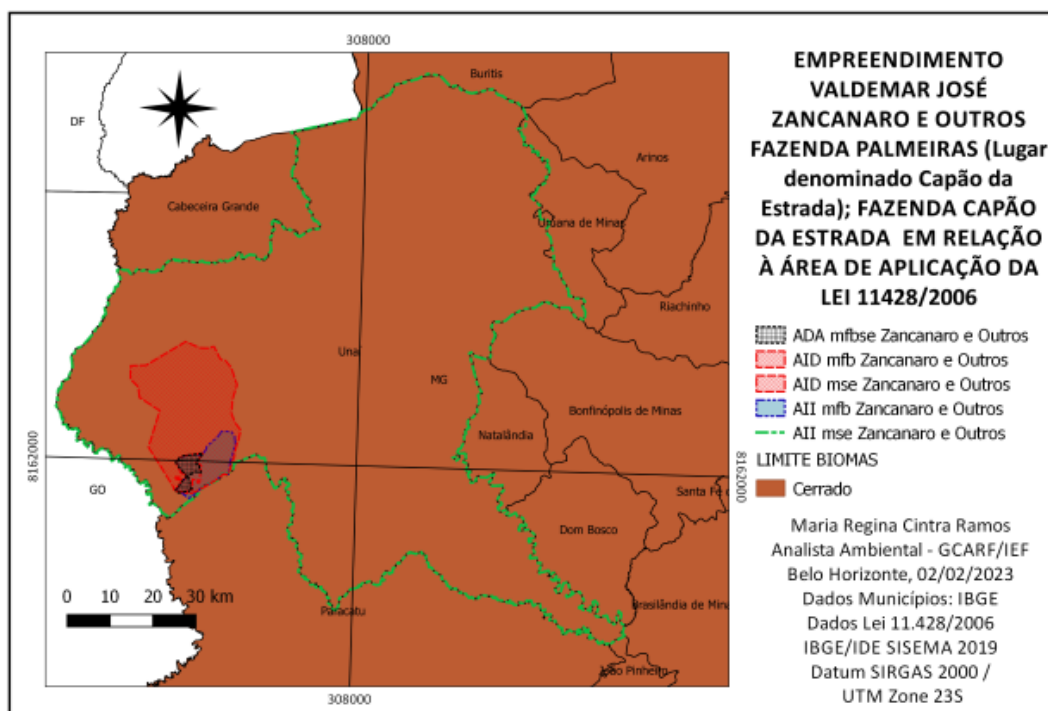
Valoração Fixada: 0,0100; Valoração Aplicada 0,0100;

Índice de Relevância considerado: X

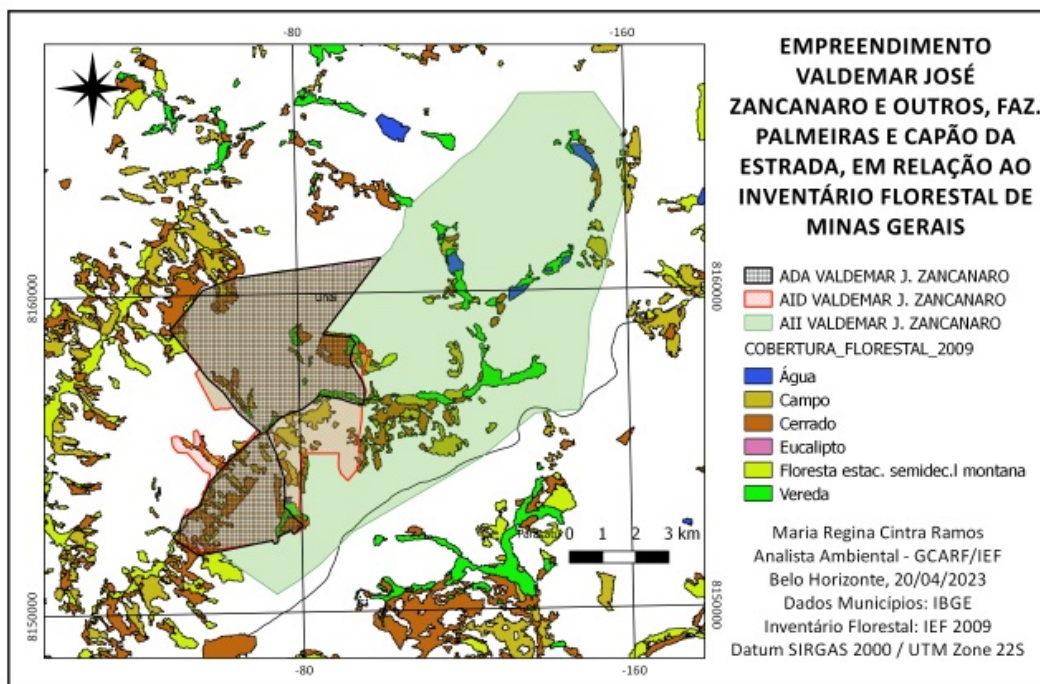
### 1.2.3. Interferência /supressão de vegetação, acarretando fragmentação

Razões para a marcação do item: A remoção da vegetação é um impacto inerente à exploração das terras para o agronegócio. Para a ocorrência das principais atividades licenciadas G-03-02-6 Silvicultura (3), G-01-03-1 Culturas Anuais, excluindo a olericultura (3), e ainda G-05-02-9 Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem deslocamento de população atingida (3) houve a necessidade da supressão da vegetação para a operação destas. Estas práticas levam à fragmentação da vegetação, gerando dificuldades para a fauna na busca de alimentos e ainda no processo reprodutivo, tanto da avifauna, como herpetofauna, mastofauna, entre outros.

O empreendimento está inserido no bioma Cerrado como demonstrado no mapa:



No mapa de inventário florestal abaixo e ainda no texto da pág. 17/40, PU 0500810/2018 verifica-se que: *"Entre as fitofisionomias nativas existentes têm-se campo limpo, cerrado, mata de galeria inundável e não inundável e vereda, [...]"*.



Verifica-se no mapa acima o impacto direto das lavouras sobre os fragmentos de cerrado e campo e ainda sobre as veredas presentes na área diretamente afetada, ambiente este, especialmente protegido pela legislação.

A presença de floresta estacional semidecidual montana descrita na legenda refere-se a estratos fora da ADA do empreendimento.

Ecosistemas Especialmente protegidos (Veredas)

Valoração Fixada: 0,0500; Valoração Aplicada 0,0500;

Índice de Relevância considerado: X

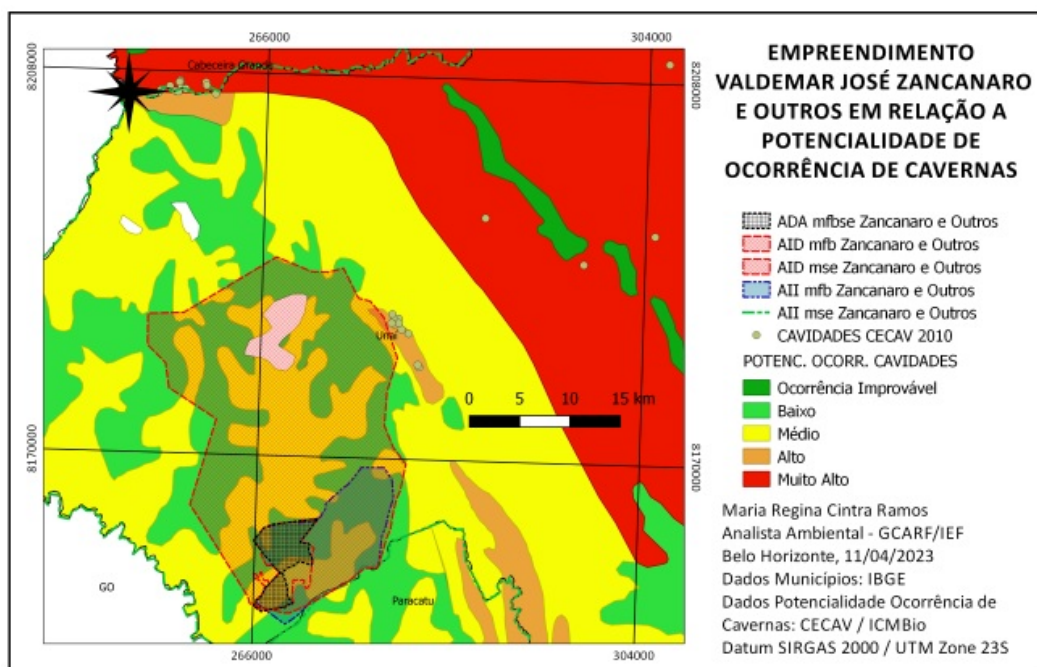
Outros Biomas

Valoração Fixada: 0,0450; Valoração Aplicada 0,0450;

Índice de Relevância considerado: X

#### 1.2.4. Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos:

Razões para não marcação do item: No mapa de cavidades apresentado temos demonstrado que a ADA do empreendimento encontra-se em área de potencialidade de ocorrência de cavidades MÉDIA E BAIXA. Não são verificadas cavidades já levantadas pela CECAV na ADA e nem AID. Na AII verificam-se cavidades cadastradas pelo CECAV, mas que não são impactadas pelo empreendimento analisado.

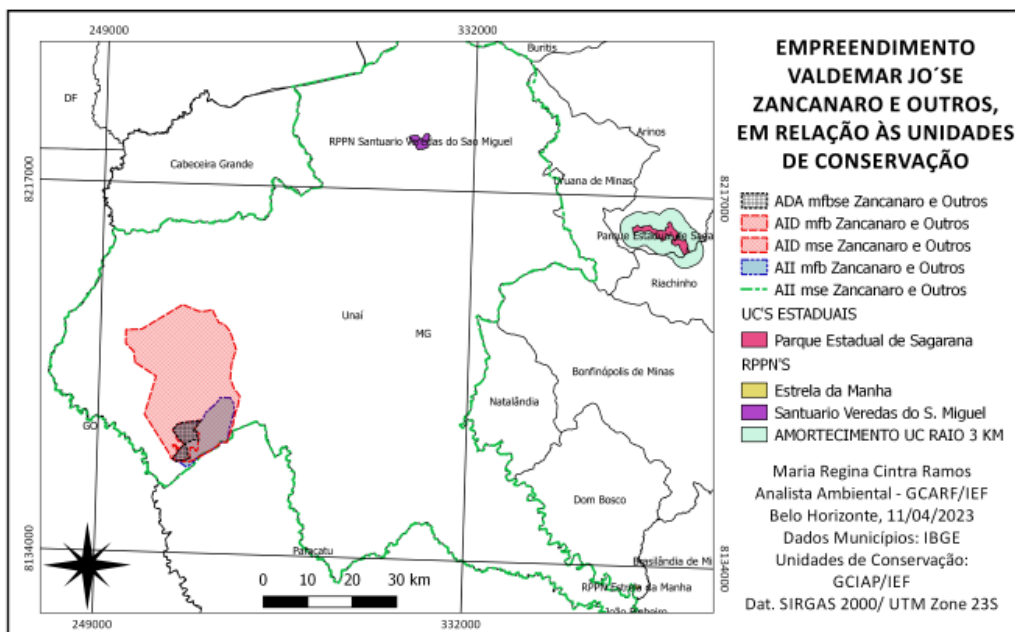


Valoração Fixada: 0,0250; Valoração Aplicada 0,000;

Índice de Relevância considerado: -

### 1.2.5. Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável

Razões para a não marcação do item: A ADA, AID e AII do empreendimento não afeta Unidades de Conservação de Proteção Integral e nem, tão pouco, qualquer zona de amortecimento conforme consta no “Mapa Empreendimento e Unidades de Conservação” apresentado.



Diante do exposto, este item não será marcado.

Valoração Fixada: 0,1000; Valoração Aplicada 0,000;

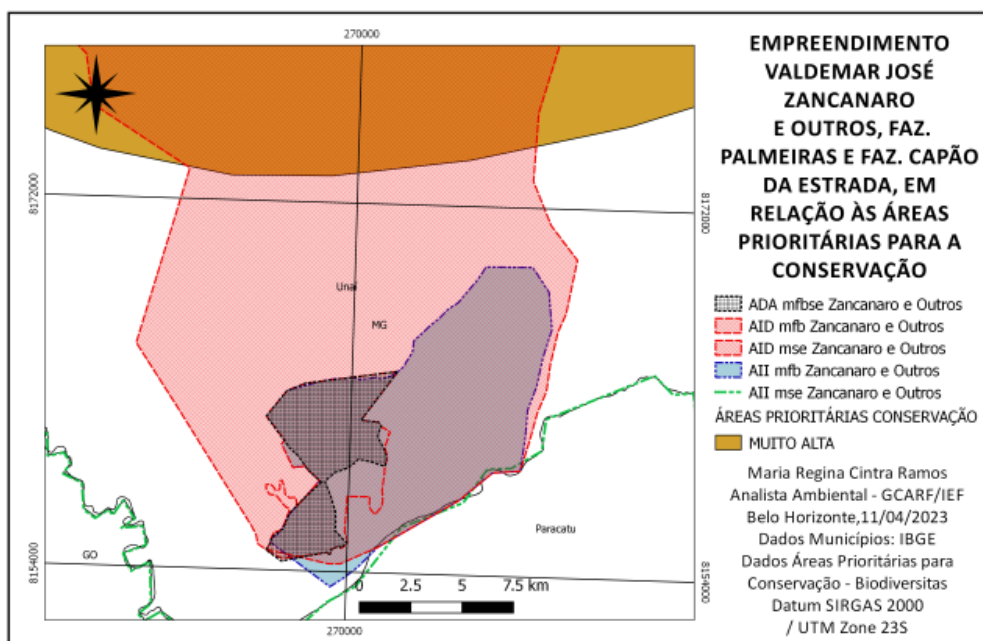
Índice de Relevância NÃO considerado: -



### 1.2.6. Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação”

Razões para não marcação do item: A ADA deste empreendimento encontra-se em área não classificada como prioritária para a conservação, como podemos visualizar no mapa de áreas prioritárias apresentado.

Verifica-se que parte da AID e AII encontram-se em área classificada como prioritária MUITO ALTA.



O empreendimento propriamente (ADA) não afeta esta área prioritária na região de inserção deste, portanto o item não será marcado.

Importância Biol. Especial: Val. Fixada: 0,0500; Valoração Aplicada 0,0000;

Imp. Biol. Extrema: Val. Fixada: 0,0450; Valoração Aplicada 0,0000;

Imp. Biol. Muito Alta: Val. Fixada: 0,0400; Valoração Aplicada 0,0000;

Imp. Biol. Alta: Val. Fixada: 0,0350; Valoração Aplicada 0,0000;

Índice de Relevância considerado: -

### 1.2.7. Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar

Razões para a marcação do item: "As aplicações de corretivos e fertilizantes são feitos por equipamentos de aplicação variável. Por tratar-se de área de plantio direto é feita uma dessecação das plantas daninhas verdadeiras e remanescentes de culturas antes do plantio" (pág. 1 do caderno “Atividades Desenvolvidas”). contata-se a utilização de corretivos e também de herbicidas, quando da dessecação, que, por serem utilizados ano após ano, em safras e “safrinhas” verifica-se alteração da qualidade físico-química do solo. Caso estas contaminações sejam constantes poderão chegar ao lençol freático levando às alterações da qualidade química da água.

São indicados 26 agrotóxicos para serem utilizados na cultura da soja, 18 para a cultura do milho e 19 indicados para a cultura do feijão. Alguns são coincidentes para as diferentes culturas e são aplicados na sua maioria com pulverizadores terrestres de barra. Além da contaminação química temos as

alterações na estrutura do solo que sofre com o passar constante dos tratores/máquinas provocando a compactação do solo, reduzindo com isto a microporosidade do mesmo, aumentando o escoamento da água das chuvas e consequentemente, aumentando o assoreamento do solo, alterando a qualidade física e química dos recursos hídricos.

Valoração Fixada: 0,0250; Valoração Aplicada 0,02500;

Índice de Relevância considerado: X

### 1.2.8. Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais

Razões para a marcação do item: No empreendimento Fazenda Palmeiras, a água captada no barramento é destinada para a irrigação das culturas. (pág. 12/40, PU 0500810/2018).

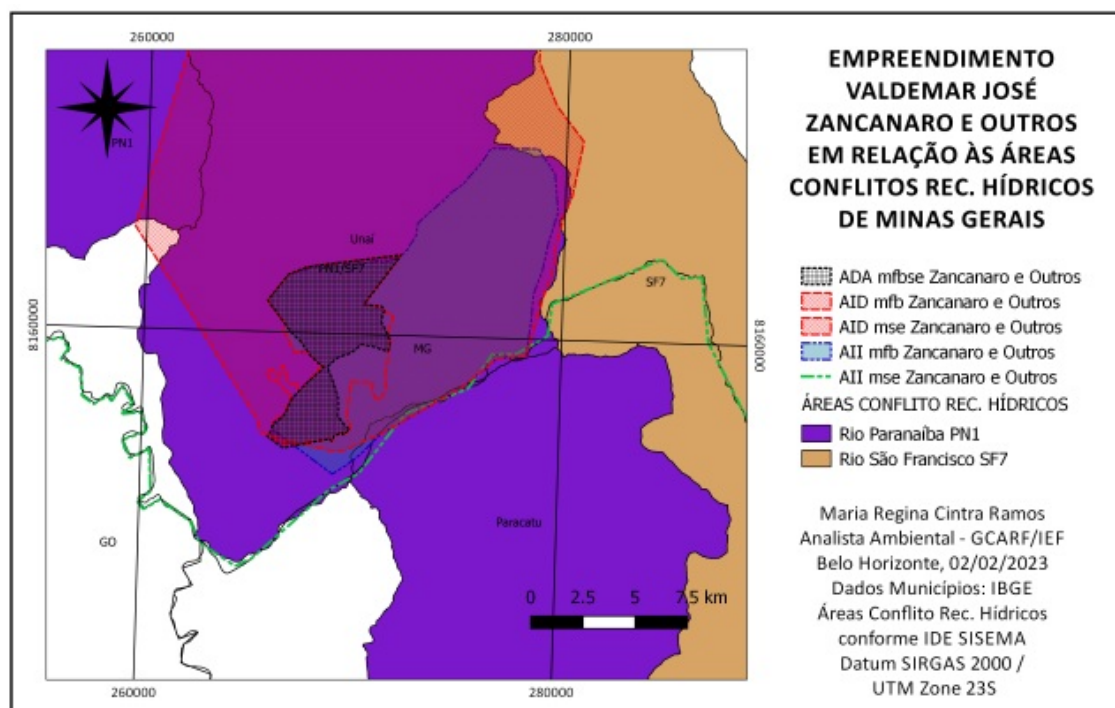
Temos descrito na pág. 24/40, PU 0500810/2018, que houve intervenção em área de preservação permanente para instalação das barragens em 135,77 hectares [...].

O empreendimento possui dois barramentos, com áreas de 30,33 hectares e 3,92 hectares e possui área de pivô de 922,92 hectares na primeira gleba e de 105,68 ha na segunda gleba, que com certeza consomem grande quantidade de recursos hídricos nas épocas sem chuvas.

A área plantada de lavoura/talhão é de 275,00 ha na primeira gleba e de 150,5 hectares na segunda gleba, que utiliza apenas das águas das chuvas.

*"O benefício do sistema de gerenciamento de irrigação pode ser medido pelo aumento da rentabilidade da área de produção, economia de energia elétrica, uso eficiente da água, aumento da produtividade, redução de doenças, maior eficiência nos tratamentos fitossanitários, otimização do uso de fertilizantes, além da preservação ambiental "(item 10.3 do PU 0500810/2018, sobre Irrigação de Precisão).*

Destaca-se a importância do gerenciamento da irrigação, pois a região onde o empreendimento se encontra é considerado "Área de Conflito" em recursos hídricos, conforme mapa apresentado abaixo:



Nas páginas 5-6/45 do denominado EIA-RIMA (figura 1 e 2 do item 7) verifica-se a interferência da presença do empreendimento nas áreas de veredas, que são muitas na área da ADA.



Na pág. 28/40 do PU 0500810/2018, item 10.4, vemos citado a importância do “Monitoramento dos recursos hídricos”: *"O objetivo é apresentar um instrumento legal para auxiliar produtores e poder público a realizar uma gestão adequada, sustentável e integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Monitorada"*.

As grandes áreas de culturas do empreendimento analisado utilizam-se de recursos hídricos gerando o rebaixamento dos aquíferos nas épocas das secas.

Valoração Fixada: 0,0250; Valoração Aplicada 0,0250;

Índice de Relevância considerado: X

#### **1.2.9. Transformação de ambiente lótico em lântico**

Razões para a marcação do item: Como já mencionado anteriormente o empreendimento possui dois barramentos, com áreas de 30,33 hectares e 3,92 hectares.

Todo barramento ou represamento é considerado transformação de ambiente lótico em lântico.

Valoração Fixada: 0,0450; Valoração Aplicada 0,04500;

Índice de Relevância considerado: X

#### **1.2.10. Interferência em paisagens notáveis**

Razões para a não marcação do item: Entende-se por paisagem notável região, área ou porção natural da superfície terrestre provida de limite, cujo conjunto forma um ambiente de elevada beleza cênica, de valor científico, histórico, cultural e de turismo e lazer.

A paisagem regional é definida pela vegetação natural geralmente composta por formações florestais e campestres. O empreendimento altera e interfere drasticamente a paisagem local, somando à paisagem uma estrutura antropizada.

Constata-se, na análise dos estudos, que o referido empreendimento não se encontra instalado em área com paisagem notável. Este item não será considerado no cálculo do GI.

Valoração Fixada: 0,0300; Valoração Aplicada 0,0000;

Índice de Relevância considerado: -

#### **1.2.11. Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa**

Razões para a marcação do item: Desde de revolução industrial a emissão de CO<sup>2</sup> nunca esteve tão alta. A dependência de combustíveis fósseis que no caso deste empreendimento é utilizado pelo uso de maquinários pesados tanto no plantio, nos tratos culturais, colheita e transporte dos produtos produzidos na propriedade.

Na fase de plantio do milho e soja: *O proprietário utiliza-se de plantadeiras pneumáticas e pantográficas de várias marcas e modelos, aplicando-se o adubo de base por esta ocasião* (pág. 5/19 do caderno “Atividades Desenvolvidas” do EIA).

Na pág. 9/40 do PU 0500810/2018, no item 3.4.- Colheita, lemos: "Após a dessecação, a colheita que é feita em parte mecanizada (corte e trilha em uma só máquina e/ou corte e trilha em

máquinas distintas), e parte com arranquio manual e trilhado por máquinas específicas. Para tanto, dispõem de duas colheitadeiras, trilhadeiras e ceifadeiras".

*"Na Agricultura de Precisão, é essencial o uso de máquinas e equipamentos devidamente equipados para as diferentes situações e aplicações"* (27/40, PU 0500810/2018).

Verifica-se o uso de máquinas que utilizam combustível fóssil durante todo o processo produtivo no empreendimento em análise. A queima desses combustíveis significa a emissão de gases do efeito estufa (GEE) para a atmosfera, contribuindo para o aumento do aquecimento global.

Valoração Fixada: 0,0250; Valoração Aplicada 0,02500;

Índice de Relevância considerado: X

#### **1.2.12. Aumento da erodibilidade do solo**

Razões para a marcação do item: Considerando as principais atividades licenciadas, onde temos como área plantada nas duas glebas, 1028,60 ha de pivô e 425,5 ha de lavoura/talhões é de se esperar, que mesmo com medidas mitigadoras como plantio direto e terraplanagem, além da manutenção de estradas durante o ano, teremos o aumento da erodibilidade do solo com a presença das atividades nas áreas mencionadas.

Vejamos que, numa área deste porte, quando somamos o pré-plantio, plantio, tratos culturais, colheita e transporte dos produtos, o movimento de veículos e máquinas é intenso e ininterrupto.

Fica nítido o aumento da erodibilidade com a presença da atividade licenciada em análise.

Valoração Fixada: 0,0300; Valoração Aplicada 0,03000;

Índice de Relevância considerado: X

#### **1.2.13. Emissão de Sons e Ruídos Residuais**

Razões para a marcação do item: Estes efeitos negativos ocorrem durante a implantação e operação de empreendimentos desta natureza, quando haverá um acréscimo nos níveis de ruídos e poeiras provocados pela movimentação de máquinas pesadas.

As medições de ruídos se utilizam das normas de segurança do trabalhador como podemos ler no item 45 da pág. 30/45 do EIA/RIMA apresentado: *"Algumas máquinas e equipamentos que podem ultrapassar os níveis laborais em decibéis recomendados pelas normas de segurança do trabalhador, para estas máquinas e equipamentos, o operador utiliza EPI (supressores de ruídos). Conforme PPRA/PMSO, elaborado por profissionais qualificados e disponível no empreendimento"*.

A movimentação de máquinas numa propriedade deste porte e atividades é constante e portanto geram ruídos constantes para a fauna, que tem sua capacidade reprodutiva e ainda de busca de alimentos interferida pela presença da movimentação dos maquinários utilizados. Além de aumentar a chance de atropelamentos.

Diante dos argumentos levantados este item será considerado.

Valoração Fixada: 0,0100; Valoração Aplicada 0,01000;

Índice de Relevância considerado: X

1.2	ÍNDICES DE REFERÊNCIA	Especificações	Valoração Fixada	Valoração Aplicada	Índice de Relevância Considerado
1.2.1	Fauna/Flora: Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias		0,075	0,075	X
1.2.2	Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras)		0,01	0,01	X
1.2.3	Interferência /supressão de vegetação, acarretando fragmentação	Ecosystemas Especialmente Protegido (Veredas)	0,05	0,05	X
		Outros Biomas (Cerrado)	0,045	0,045	X
1.2.4	Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos		0,025	0	
1.2.5	Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável		0,1	0	
1.2.6	Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas "Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação":	Importância Biológica Especial	0,05	0	
		Importância Biológica Extrema	0,045	0	
		Importância Biológica Muito Alta	0,040	0	
		Importância Biológica Alta	0,035	0	
1.2.7	Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar:		0,025	0,025	X
1.2.8	Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais:		0,025	0,025	X
1.2.9	Transformação de ambiente lótico em lêntico:		0,045	0,045	X
1.2.10	Interferência em paisagens notáveis:		0,045	0	
1.2.11	Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa:		0,025	0,025	X
1.2.12	Aumento da erodibilidade do solo:		0,03	0,03	X

1.2.13	Emissão de Sons e Ruídos Residuais:		0,01	0,01	X
	SOMATÓRIO DE RELEVÂNCIA (FR)		0,68	<b>0,34</b>	
	INDICADORES AMBIENTAIS				
	ÍNDICE DE TEMPORALIDADE (Vida Útil do Empreendimento)				
	<u>Razões para a marcação do item</u>				
	Os impactos ambientais tendem a ocorrer por prazo superior à vida útil de qualquer empreendimento. A natureza do empreendimento Valdemar José Zancanaro e Outros, Faz. Palmeiras, lugar denominado Capão da Estrada e Faz. Capão da Estrada, bem como todas atividades licenciadas, apontam para uma temporalidade maior que 20 anos.				
	Duração Imediata – 0 a 5 anos		0,05		
	Duração Curta - > 5 a 10 anos		0,065		
	Duração Média - >10 a 20 anos		0,085		
	Duração Longa - >20 anos		0,100	0,10	
	Total Índice de Temporalidade (FT)		<b>0,300</b>	<b>0,10</b>	
	ÍNDICE DE ABRANGÊNCIA				
	<u>Razões para a marcação do item</u>				
	Conforme consta nos estudos ambientais entre as atividades principais está o cultivo de culturas anuais, excluindo a olericultura, com o uso da irrigação em grande parte da área cultivada e, com o beneficiamento das safras/safrinhas. A comercialização dos produtos gerados ocorrerá fora da ADA; podendo ser até exportado.				
	Área de Interferência Direta do empreendimento		0,03		
	Área de Interferência Indireta do empreendimento		0,05	0,05	
	<b>Total Índice de Abrangência (FA)</b>		<b>0,08</b>	<b>0,05</b>	
	Somatório FR+(FT+FA) = 0,34 + 0,10+ 0,05 Valor do GI apurado			<b>0,49</b>	
	Valor do GI a ser utilizado nos cálculos (Cf. legislação)			<b>0,49</b>	

### 1.3 Reserva Legal

Por se tratar de empreendimento agrossilvopastoril fará jus ao benefício do Art. 19 do Decreto nº 45.175/2009.

Analisando as informações apresentadas nos estudos ambientais e Parecer Único (PU 0500810/2018) da Supram Noroeste de Minas verifica-se que as áreas destinadas à Reserva Legal do empreendimento Valdemar José Zancanaro e Outros, temos na pág. 31/40: "*A reserva legal do empreendimento encontra-se devidamente regularizada, conforme documentação acostada aos autos*".

Nas tabelas de uso e ocupação do solo das pág. 4-5/40 do PU são mencionadas áreas de reserva legal de 410,58 há na primeira gleba e 79 ha na segunda gleba. Somando teremos uma área de reserva legal de 489,58 ha.

Na pág. 4/40, PU lemos: "*A Faz. Palmeiras, lugar denominado Capão da Estrada e Fazenda Capão da Estrada contam com uma área total de 2.425,42 ha, distribuídas em duas glebas, matrículas 33.190 e 53.627, sendo a matrícula 33.190 com uma área de 2043,55 e a matrícula 53.627 com uma área de 384,26 ha*".

### Fazendo os cálculos teremos

**Área total de:** 2.425,42 ha .....100% x = 489,58x100/2.425,42=

**Área Reserva Legal:** 489,58 ha ..... x% x = **20,1853 %**

Verifica-se que a área de reserva legal é maior que 20%, mas não mais que um por cento para justificar a aplicação do art. 19 do Decreto 45.1756/2009

## **2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

### **2.1 Valor da Compensação ambiental**

O empreendedor apresentou “Declaração da data de Implantação do Empreendimento” (doc. Juntado à fl. 08 do processo administrativo 10262/2004/001/2014), informando que o empreendimento iniciou suas atividades antes a Lei do SNUC (19/07/2000) e Declaração de Valor Contábil Líquido – VCL (doc. Juntado à fl. 28 do processo administrativo 10262/2004/001/2014), onde fica registrado o investimento aplicado para implantação do empreendimento no valor de R\$589.612,00 (quinhentos oitenta e nove mil, seiscentos e doze reais), devidamente assinado pelo Contador Waldir Jacinto de Souza e pelo empreendedor Valdemar José Zancanaro, datado de **21/05/2019**.

O empreendedor trata-se de pessoa física (CPF 303.111.019-68) (doc. juntado à fl. 05 do processo administrativo 10262/2004/001/2014).

Atendendo desta forma ao dispositivo legal – Decreto nº 45.629/11, art. 11, inciso I:

I - para os empreendimentos implantados antes da publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor contábil líquido, excluídas as reavaliações, ou na falta deste, o valor de investimento apresentado pelo representante legal do empreendimento;

**O Grau de Impacto – GI (tabela em anexo) é calculado, nos termos do Decreto nº 45.175/09 alterado pelo Decreto nº 45.629/1.**

CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO	APURAÇÕES
Valor de Referência - VCL do empreendimento (maio/2019)	R\$ 589.612,00
VCL do empreendimento não atualizado (maio/2019) <sup>1</sup>	R\$ 589.612,00
Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação	0,490%
Valor da Compensação Ambiental (GI x VRA) – (referente à julho/2023)	<b>R\$ 2.889,10</b>
1 - “Não houve atualização monetária do valor do VCL, atendendo ao disposto no Parecer 13179715/2020/CJ/AGE-AGE da Procuradoria Geral do Estado, datado de 06 de março de 2020 (Processo SEI nº 1080.01.0074221/2019-90)”	

Ressalta-se que o cálculo da compensação foi realizado a partir do valor de referência (VR ou VCL) apresentado no âmbito do processo, e não inclui a apuração contábil ou financeira dos valores apresentados.

Conforme disposto na legislação vigente, o VR ou VCL deve ser informado por profissional legalmente habilitado e apresentado pelo empreendedor para subsidiar o cálculo do valor da compensação ambiental, sendo impostas ao profissional responsável por sua elaboração e ao empreendedor as sanções administrativas, civis e penais, nos termos da lei, em caso de falsidade da informação (Decreto nº 45.175/2009, Art. 11, § 1º).

### **2.2 Unidades de Conservação Afetadas**



No mapa elaborado por técnico da GCARF, apresentando a situação do empreendimento em relação às unidades de conservação verifica-se que o empreendimento se encontra distante de Unidades de Conservação de Uso Integral ou áreas de amortecimento.

A partir das considerações tecidas, passamos a recomendar a aplicação dos recursos.

### 2.3 Recomendação de Aplicação do Recurso

Conforme Item 2.3.1 do POA/2023, “*Critérios para a Destinação de Recursos às Unidades de Conservação Afetadas*”:

**10.** Quando o valor total da compensação ambiental apurado pela Gcarf for igual ou inferior à R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e **NÃO** houver UC afetada, o recurso será integralmente destinado à rubrica referente a Regularização Fundiária;

*\* Na hipótese de haver impactos negativos irreversíveis em cavidades naturais subterrâneas pelo empreendimento ou atividade, o valor deverá ser destinado integralmente para a regularização fundiária de UC localizadas em área de interesse espeleológico.*

Como não há afetação em Unidades de Conservação, nem ao menos impacto negativo em cavidades naturais subterrâneas pelo empreendimento, e o valor da compensação ambiental é de **R\$ R\$ 2.889,10**, ou seja, inferior a R\$ 100.000,00;

Assim, obedecendo a metodologia prevista, bem como as demais diretrizes do POA/2023, este parecer faz a seguinte recomendação para a destinação dos recursos:

Valores e distribuição do recurso (ref. julho/2023):

Distribuição conforme POA Ano 2023	
100% Destinado à Regularização Fundiária	R\$ 2.889,10
100% Valor da Compensação Ambiental	<b>R\$ 2.889,10</b>

### 3. CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de Processo de Compensação Ambiental referente ao PA COPAM nº 10262/2004/001/2014, que foi formalizado por meio físico, anterior à entrada do processo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI. De acordo com o artigo a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.045, 02 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a implantação do processo híbrido no âmbito dos processos de competência dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir de 31/03/2021, os demais atos relativos aos processos físicos deverão ser feito por meio do SEI.

O presente expediente refere-se a Processo de Compensação Ambiental, pasta GCARF nº 1437 que encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012, que estabelece procedimentos para a formalização de processos de compensação ambiental, a que se refere o art. 7º, § 1º do Decreto Estadual Nº 45.175/2009.

O pedido de compensação ambiental visa o cumprimento da condicionante nº 03, definida no parecer único de licenciamento ambiental nº 0500810/2018, devidamente aprovada pelo Superintendente Regional de Meio Ambiente do Noroeste de Minas, para fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

De acordo com análise técnica, o empreendimento não afeta as unidades de conservação.

O empreendimento foi implantado antes de 19 de julho de 2000, conforme declaração apresentada às fls. 08. Dessa forma, conforme inciso I, art. 11, do Decreto Estadual nº 45.629/2011, que alterou o Decreto 45.175/2009:

*Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:*

*I - para os empreendimentos implantados antes da publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor contábil líquido, excluídas as reavaliações, ou na falta deste, o valor de investimento apresentado pelo representante legal do empreendimento; e*

Com base no artigo mencionado, é importante destacar que o empreendedor tem a opção de escolher entre o valor contábil líquido ou o valor de investimento como base para determinar o VR, dependendo das circunstâncias específicas do empreendimento. Ambas as possibilidades estão corretas e de acordo com a regulamentação, permitindo que o empreendedor selecione a opção mais adequada à sua situação específica, com base em registros contábeis e na disponibilidade das informações necessárias.

O empreendedor apresentou à GCARF/IEF a Declaração do Valor Contábil Líquido, acompanhado da memória de cálculo, calculado, preenchido, datado e assinado por profissional legalmente habilitado, acompanhada da Certidão de Regularidade Profissional em conformidade com o art. 11, §1º do Decreto Estadual 45.175/2009 alterado pelo Decreto Estadual nº45.629/2011.

O valor de referência é um ato declaratório, cuja responsabilidade pela veracidade do valor informado é do empreendedor, sob pena de, em caso de falsidade, submeter-se às sanções civis, penais e administrativas, não apenas pela prática do crime de falsidade ideológica, como também, pelo descumprimento da condicionante de natureza ambiental, submetendo-se às sanções da Lei nº 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais.

Por fim, embora o empreendimento desenvolva atividades agrossilvopastoris, o mesmo não faz jus a redução prevista no artigo 19 do Decreto nº 45.175/2009, haja vista que não atendeu aos requisitos determinados no dispositivo, conforme item 1.3 do parecer: *“Para empreendimentos agrossilvopastoris será concedida a redução de zero vírgula zero um por cento do percentual de GI apurado, para cada um por cento de reserva legal averbada acima do percentual mínimo exigido por lei, desde que comprovado seu bom estado de conservação”*. (sem grifo no original). Conforme o item 1.3 do parecer, verifica-se que a área de reserva legal é maior que 20%, mas não mais que um por cento para justificar a aplicação do art. 19 do Decreto 45.1756/2009.

A sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor, calculados pela área técnica, a título de compensação ambiental, neste parecer, estão em conformidade com a legislação vigente, bem como com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2023.

#### **4. CONCLUSÃO**

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2023.

Maria Regina Cintra Ramos  
Analista Ambiental  
MASP 1.253.009-3

Thamires Yolanda Soares Ribeiro  
Analista Jurídico  
MASP 1.570.879-5

De acordo:

Mariana Yankous  
Gerente da Compensação Ambiental e Regularização Fundiária  
MASP: 1.342.848-7



Documento assinado eletronicamente por **Thamires yolanda Soares Ribeiro, Servidora**, em 31/10/2023, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Cintra Ramos, Servidora**, em 31/10/2023, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Yankous Goncalves Fialho, Gerente**, em 06/11/2023, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **70274573** e o código CRC **E3BEEDC3**.

Referência: Processo nº 2100.01.0013525/2022-39

SEI nº 70274573